

# LEI DAS S.A. NO CAMINHO DA GLOBALIZAÇÃO: MODELO DE NOTAS EXPLICATIVAS

D. X. TEIXEIRA\*

**NESTE ARTIGO DAREMOS SEQUÊNCIA À PUBLICAÇÃO DE UM MODELO DE NOTAS EXPLICATIVAS, QUE FINALIZAREMOS NO PRÓXIMO NÚMERO. NA REALIDADE, TRATA-SE DE UM INSTRUMENTO QUE O CONTABILISTA TIRÁ EM SUAS MÃOS PARA UTILIZAR-SE A TODO MOMENTO QUE SE DEPARAR COM A NECESSIDADE DE PREPARAR DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOB UMA ÓTICA DE UM MUNDO GLOBALIZADO. NOS ESPERAMOS ESTAR CONTRIBUINDO PARA QUE TODOS POSSAMOS APRESENTAR MELHOR DADOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS E, COM ISSO, VALORIZAR A NOSSA PROFISSÃO.**

## Nota de Investimentos

Muitas vezes, uma empresa procura atingir o seu objeto social, não diretamente, mas através de empresas investidas. Essa participação pode ser integral, na figura da subsidiária integral, ou na quase totalidade das ações ou quotas, quando então teríamos a figura do controle acionário, ou simplesmente com uma participação sem deter o controle. Essa autorização legal para a empresa investir no seu negócio não principal, através de outras sociedades consta, na sociedade anônima, em seu estatuto social. Portanto, o investimento em um negócio complementar é permitido aquela empresa através da permissão estatutária. E não poderia ser diferente, da mesma forma que os acionistas definem o objeto social do seu negócio. Portanto, a clareza dessa informação em nota explicativa é essencial para o leitor, ainda mais porque o estatuto social em geral não define que tipo de negócio poderá a companhia investir, restringindo apenas à autorização à administração de participar de outras sociedades.

A participação da investidora em um outro negócio poderá concretizar-se de várias formas, como por exemplo a criação de um negócio novo em que a companhia participa sozinha, ou em parceria detendo ou não o controle. Ou também através de uma parceria na base de meio-a-metade, com as condições de decisões estipuladas em um acordo de acionista. Ou ainda essa participação em um outro negócio pode ser via a compra da participação de um outro investidor em um negócio que interessa à empresa. E ai então surge a figura do ágio ou do deságio, ou seja, foi paga uma maior valia para se ter o negócio, ou foi a participação adquirida por um valor menor do que aquele patrimonial da empresa adquirida.

Todo esse tipo de informação deve ser prestada ao leitor. Existem regras que estabelecem o que deve ser

informado ao leitor. Essas informações mínimas são estabelecidas principalmente através de regras emitidas para as empresas abertas pela CVM.

As principais informações a serem divulgadas em nota explicativa pela investidora, de forma comparativa, são as seguintes:

- Nome da investida;
- Capital social de cada investida, informando os tipos de ações e os direitos assegurados a cada uma das classes, valor nominal de cada uma ou a inexistência deste;
- Participação no capital social de cada investida e em cada classe de ações;
- Objeto social das investidas, e o valor de mercado de suas ações, se cotadas em bolsas de valores;
- Aumentos de capital procedidos pela investida durante o exercício e efeitos na investidora, tais como ganhos de capital, variação na participação etc.
- Valor do investimento feito, segregando entre valor patrimonial contábil calculado via a equivalência patrimonial, e valor do ágio e do deságio;
- Critérios de amortização do ágio ou deságio e parcela amortizada no exercício, indicando o critério adotado e as bases para amortização, especificando os critérios adotados para apurá-los e para amortizá-los, e taxas de desconto e prazos para a projeção dos resultados;
- Patrimônio líquido de cada investida;
- Ajustes efetuados ao patrimônio líquido da investida para adequá-lo aos mesmos procedimentos contábeis adotados pela investidora para prepará-lo para ajustá-lo ao método de equivalência patrimonial;
- Lucro líquido ou prejuízo do exercício da investida e a parte atribuída à companhia;
- Movimentação dos investimentos em cada investida durante o período objeto de informação, indicando cada operação, em especial em relação ao ganho ou perda no exercício decorrente do método de equivalência patrimonial;
- Saldos e transações entre a companhia e as investidas e os encargos contratuais existentes (pode ser apresentado em nota em separado, de partes relacionadas);
- Garantias, avais, hipotecas, fianças ou penhor concedidos e recebidos em relação às investidas (pode ser apresentado em nota em separado, de partes relacionadas);
- Assuntos relevantes em relação às investidas e que afetam a investidora;
- Acordos de acionistas existentes e os direitos e vantagens e compromissos assumidos ou assegurados à companhia;
- Eventuais participações inter-grupos;

- Assuntos importantes ocorridos na investida e que afetam a companhia, principalmente em relação a operações paralisadas, eventos subsequentes, contexto de operações, benefícios relevantes recebidos pela investida com reflexos em suas operações, instrumentos financeiros etc., e finalmente

- Além de qualquer assunto relevante que possa afetar as operações e os resultados da investida, descrever se as suas demonstrações contábeis foram objeto de auditoria, e o prazo relativo à equivalência patrimonial.

O ágio decorrente da aquisição do investimento da

Sociedade de Transportes Já Sou Modelo Ltda. será amortizado no prazo de três anos, baseado na expectativa de rentabilidade futura elaborada por consultores independentes por ocasião da aquisição de 10% do capital daquela empresa.

Detalhes adicionais em relação às investidas constam nas seguintes notas:

- *Objeto - Contexto operacional*
- *Saldo e transações - Partes relacionadas*

Não existem acordos de acionistas em relação às controladas e coligada.

### MODELO DE NOTA EXPLICATIVA RELATIVA A INVESTIMENTOS

	Cia. de Mineração Modelozito	Distribuidora de Produtos Planos Ltda.	Soc. Transportes Já Sou Modelo Modelo Ltda.	Bazuca - USA	Total	Total
<b>INFORMAÇÕES SOBRE AS INVESTIDAS</b>						
Capital social	100				2.000	1.999
Tipos de ações ou quotas do capital						
Ordinárias						
Preferenciais classe única						
Quotas						
Valor de mercado						
Ordinárias						
Preferenciais classe única						
Participação no capital social	95%	90%	49%	100%		
Total						
Ordinárias						
Preferenciais classe única						
Quotas						
Aumentos de capital efetuados						
Valor do investimento						
Custo ajustado pelo método de equivalência						
Ágio no fim do exercício						
Deságio no fim do exercício						
Patrimônio líquido contábil						
Ajustes para equalização de princípios contábeis						
Patrimônio líquido ajustado						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício						
Data das demonstrações financeiras						
Resultado não realizados em operações						
Ágio pago na aquisição						
Ganho (perda) de capital						
<b>MOVIMENTAÇÃO DO INVESTIMENTO NO EXERCÍCIO</b>						
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>2.400</b>	<b>990</b>	<b>180</b>	<b>130</b>	<b>3.700</b>	<b>3.500</b>
Aquisição de quotas			10		10	
Ágio amortizado no exercício	(30)				(30)	
Ajuste por equivalência patrimonial	(500)	150	50	20	(280)	200
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>1.870</b>	<b>1.140</b>	<b>240</b>	<b>150</b>	<b>3.400</b>	<b>3.700</b>

## NOTA DE IMOBILIZADO

Uma nota de imobilizado deverá divulgar as principais contas que compõem esse grupoamento, destacando em uma coluna única o custo dos bens, as correções feitas até o último ano de sua vigência (isto é, 1995) e eventual reavaliação. Em outra coluna, dedutivamente por conta, deverá ser divulgada a depreciação feita. E, finalmente, será divulgada em uma terceira coluna o montante líquido do valor do imobilizado de cada conta. Para o ano anterior, apresentado apenas para fins de comparação, poderá ser divulgado apenas o total líquido.

Presentemente, um bem do ativo imobilizado mais antigo (adquirido em data anterior a 1995) estará demonstrado na contabilidade ao custo acrescido da correção monetária correspondente até 31 de dezembro de 1995 e estará deduzido de sua depreciação até a data do balanço. Eventualmente, esse bem poderá estar acrescido de uma reavaliação que, opcionalmente, poderá ter sido feita pela empresa, conforme é permitido pelo Art. 176, parágrafo 5º, letra c) da Lei 6.404/76.

Se o bem tiver sido adquirido a partir de 1º de janeiro de 1996, o seu registro estará sendo feito somente ao custo, uma vez que a correção monetária das demonstrações contábeis foi extinta, com a revogação do Art. 185 da Lei 6.404/76. Eventualmente, conforme mencionamos supra, esse bem poderá estar acrescido de uma reavaliação. Em ambos os casos, o valor desse bem estará sendo reduzido pela depreciação relativa à sua utilização.

A Lei 6.404/76 requer que os ônus reais constituídos sobre os elementos do ativo sejam divulgados com vistas a demonstrar ao leitor o montante dos ativos que estão onerados com garantia de empréstimos e outros compromissos assumidos pela empresa.

A nota explicativa deverá também divulgar os projetos de investimentos da empresa, reportando o custo previsto desses investimentos, o período de sua duração, as fontes de obtenção de recursos, e os benefícios que a empresa obterá com esses investimentos. Esses benefícios seriam no sentido de aumento da quantidade física de produção, melhoria de qualidade para aumento de competitividade, entre outros. É desejável também que seja divulgado o benefício para os acionistas como decorrência desses investimentos feitos.

Outra informação importante para ser divulgada se refere à eventuais reavaliações feitas no passado e que ainda tenham reflexos na empresa. Uma reavaliação atualiza para mais ou para menos o valor de um bem. Portanto, os resultados futuros da empresa sofrerão os reflexos dessa reavaliação. Em outras palavras, se uma reavaliação atualizou para mais (o que geralmente ocorre) o valor dos bens da empresa, os resultados

futuros serão reduzidos pelo valor dessa depreciação adicional. É importante, todavia, aqui abrir um parêntesis para mencionar que essa depreciação adicional que reduz o resultado da empresa não traz reflexos para os dividendos dos acionistas. Isto porque, o montante reduzido no resultado será acrescido no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Ao divulgar informações sobre reavaliações, é importante divulgar o nome dos avaliadores, o valor da reavaliação ainda não depreciado e contido no saldo do imobilizado, a depreciação do ano, o imposto de renda e contribuição social inclusos no valor reavalizado e considerados como exigibilidades, além do montante da reserva de reavaliação realizada nos dois exercícios divulgados.

### MODELO DE NOTA DE IMOBILIZADOS

			R\$ (mil)	
			2.000	1.999
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação e exaustão acumuladas corrigidas	Líquido	Líquido
Terrenos	300		300	300
Edificações e benfeitorias	800	430	370	420
Equipamentos industriais	1.750	652	1.096	1.210
Veículos	120	65	55	60
Móveis e utensílios	230	80	150	170
Instalações	350	230	120	140
Outros	40	15	25	28
	<b>3.590</b>	<b>1.472</b>	<b>2.118</b>	<b>2.328</b>
		50		50
Construções	180		180	15
Equipamentos industriais	95		95	
Importações de equipamentos industriais	43		43	
Adiantamentos a fornecedores	14		14	57
	332		332	72
	<b>3.972</b>	<b>1.472</b>	<b>2.500</b>	

Outra informação importante a ser divulgada se refere aos bens cedidos em garantia de empréstimos, sob a forma de penhor ou hipoteca, ou mesmo os bens gravados em garantia de processos judiciais. Essa informação é importante no sentido de que os princípios contábeis requerem que os ônus ou gravames sobre os elementos dos ativos sejam divulgados em nota explicativa.

A companhia iniciou em 1999 um plano de expansão destinado a elevar a sua produção em 20%, de forma a atingir uma produção de 1 milhão de toneladas, quando começar a operar em plena capacidade, em meados de 2002. Esse plano prevê investimentos totais de R\$850 mil, dos quais 60% serão obtidos através de agentes financeiros localizados no País. Até a data da

conclusão deste relatório, em 15 de janeiro de 2001, já existiam compromissos firmados com empreiteiros e fornecedores relativamente a 85% do empreendimento.

Os bens do imobilizado da companhia e da investida Transportes Já Sou Modelo Ltda, foram reavaliados em 1998 por peritos independentes, tendo sido alterada a vida útil desses bens e as correspondentes taxas de depreciação em função de nova estimativa do tempo de vida útil-econômica desses bens definida pelos avaliadores. A depreciação dessa mais valia durante o exercício foi de R\$ ?? mil, tendo realizada a correspondente reserva de reavaliação para lucros acumulados

### **NOTA DE PARTES DE ATIVOS DESTINADOS À VENDA**

Muitas vezes, principalmente em decorrência do avanço da tecnologia com muita rapidez, partes de ativos se tornam obsoletos para a atividade fim da empresa, tornando desnecessários ativos complementares, tais como terrenos. Dessa forma, esses ativos se tornam imprestáveis para a atividade fim da empresa e desnecessários. Nesses casos, geralmente a empresa os coloca à venda. Esses bens são então transferidos do ativo imobilizado para uma conta do realizável, de curto ou longo prazo dependendo da expectativa de prazo de venda.

A boa prática contábil requer que esses ativos sejam apresentados na demonstração contábil pelo valor residual contábil. Todavia, deve ser feita uma avaliação, através de peritos independentes, para verificar se esse valor residual não estaria acima do valor de mercado. Se essa hipótese vier a ocorrer, deve ser constituída uma provisão para redução desse valor residual contábil ao valor de mercado.

### **MODELO DE NOTA EXPLICATIVA**

São representados por um imóvel e máquinas e equipamentos desativados, em função de mudança para uma nova tecnologia de ponta efetuada em 1999. Esses bens estão demonstrados pelo valor residual contábil, inferior ao valor de realização, segundo laudo de avaliação elaborado por peritos independentes da companhia. Parte desse bem foi vendida durante o ano 2000.

### **NOTA DE INTANGÍVEL**

O intangível decorre da segregação do ativo imobilizado, no conceito do projeto de lei, de forma que demonstre os bens incorpóreos de uma entidade, destinados à manutenção das atividades da empresa ou que venham a ser exercidos com essa finalidade. O conceito da definição do projeto de lei abrange também o custo relativo ao fundo de comércio, inclusive quando adquirido a título oneroso.

O valor do diferido deverá ser deduzido da correspondente amortização, que não deverá se estender mais

do que o prazo de dez anos.

A nota explicativa do intangível deverá informar todos os custos relativos aos bens incorpóreos, principalmente aqueles que tem reflexos na vida da empresa. Portanto, o destaque na nota explicativa do intangível deverá levar em consideração dois aspectos: A relevância do valor e a importância do bem incorpóreo no negócio da empresa.

O intangível deverá estar reduzido do correspondente valor da amortização.

### **MODELO DE NOTA EXPLICATIVA DO INTANGÍVEL**

	2000 R\$ (mil)	1999 R\$ (mil)
Custos incorridos para o registro da Mineração Sépetuar	286	224
Custos incorridos para o registro das marcas Modelo e Modelito	172	136
	460	360
Menos: Amortização acumulada	40	
	420	360

### **NOTA DE DIFERIDO**

O ativo diferido deverá demonstrar as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, de forma efetiva, para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Deverão ser considerados como despesa do exercício e, portanto, não deverão ser diferidos, os custos que configurem simples acréscimo de eficiência operacional ou custos de mudanças ou de procedimentos internos adotados pela empresa para redução dos custos.

Despesas relativas ao custo de lançamento de novos produtos, ou despesas incorridas no período de pré-operação ou de pré-industrialização serão consideradas como despesas diferidas e serão amortizadas durante o período em que os benefícios delas decorrentes serão gerados.

A apresentação das contas do ativo diferido deverá ser feita por tipo de conta ou natureza de gasto. A amortização poderá ser apresentada de forma acumulada. Deverão ser divulgadas as informações relativas aos novos produtos e a expectativa de sucesso no empreendimento. É importante mencionar, todavia, que custos relativos a produtos a serem lançados que não deverão gerar resultados positivos deverão ser baixados no momento em que essa conclusão é obtida.

É importante mencionar aqui restrições de divulgações de novos produtos, de forma que a empresa não divulgue para a concorrência informações essenciais de seu negócio e que façam parte de sua estratégia mercadológica.

## MODELO DE NOTA DE DIFERIDO

	2.000 R\$(mil)	1.999 R\$(mil)
Despesas incorridas com o desenvolvimento de produtos	200	200
Despesas de pré operação	100	100
	300	300
Amortizações acumuladas	(70)	(40)
	<b>230</b>	<b>260</b>

Os custos com o desenvolvimento de novos produtos estão sendo incorridos com estudos e projetos relativos a um novo produto para as empresas consumidoras de aço de qualidade superior, e que deverá resultar em um grande benefício para os clientes e os consumidores finais. Os estudos e as pesquisas realizados indicam que o empreendimento terá sucesso, sendo expectativa da administração colocá-lo no mercado dentro de dois anos. Esse novo produto gerará um aumento da rentabilidade da companhia da ordem 10%.

## NOTA DE FINANCIAMENTOS

A nota explicativa dos financiamentos deverá indicar as informações de todos os financiamentos, sejam eles de curto prazo ou de vencimento a longo prazo. Uma prática recomendável seria fazer um resumo de todos os financiamentos, segregando-os entre financiamentos nacionais e estrangeiros, apresentando-os da seguinte forma:

- *Financiamentos nacionais ou em moeda nacional* – Esses financiamentos devem ser segregados por natureza de encargo, e taxa de juros, considerando os pré-fixados e os pós-fixados. Poder-se-ia, dependendo da existência de muitos financiamentos, segregá-los por faixas de encargos;

- *Financiamentos estrangeiros ou em moeda estrangeira* – A apresentação deve ser feita por tipo moeda e por encargos adicionais relativos a juros etc. ou por faixa de encargos, como no caso dos financiamentos nacionais. A apresentação por moeda estrangeira tem por finalidade demonstrar ao leitor o tipo da variação cambial a que cada financiamento está sujeita, de forma que possam ser avaliados eventuais riscos.

Sendo apresentados por tipo de moeda e por encargos, a administração da empresa não revela para os bancos ou para empresas concorrentes a sua estratégia financeira.

Do total dos financiamentos, deve ser demonstrada a parcela de curto e de longo prazos. Por outro lado, deverá ser demonstrado o fluxo de caixa da parcela de longo prazo, de forma que o leitor possa conhecer o seu fluxo para fins de considerar em suas projeções.

A nota de financiamentos deverá também indicar as garantias dos financiamentos relativamente a avais, bens hipotecados ou onerados e cláusulas restritivas no tocante a exigências e acordos contratuais, e as consequências relativas a manutenção de eventuais índices financeiros mínimos que tiverem sido pactuados ou comprometidos

pelo acordo contratual entre o financiador e a empresa.

Não é uma boa prática comercial divulgar os agentes financeiros que financiaram a companhia. Primeiro, porque não é necessário, e segundo porque poderá dificultar a negociação futura de outros possíveis empréstimos, já que um banqueiro que tenha negociado taxa menor irá desejar melhorá-la em uma próxima negociação.

O artigo 176, parágrafo 5º, letra e, requer que seja divulgado “a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo”. Parece-nos, todavia, insuficiente a divulgação das garantias somente das obrigações a longo prazo. Isto porque uma empresa em situação difícil poderá ter grande parte de seu ativo onerado em obrigações de curto prazo e não informar ao mercado. Vindo a falar, o mercado, principalmente os credores, poderiam ser iludidos pela insuficiência de uma informação.

## MODELO DE NOTA DE FINANCIAMENTOS

Taxa média anual de encargos	2.000 R\$(mil)	1.999 R\$(mil)
<i>Em moeda estrangeira</i>		
US\$... mil	7%	490
HF... mil	8%	2.164
- Em R\$		
Prefixados	950	1.300
- Total	3.604	4.320
Menos		
Passivo circulante	1.100	1.500
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>2.504</b>	<b>2.820</b>

Os financiamentos em moeda estrangeira estão também sujeitos a variação cambial.

A parcela a longo prazo tem o seguinte fluxo de vencimento:

	2.000 R\$(mil)	1.999 R\$(mil)
		430
2.001	350	340
2.002	1.140	1.100
2.003	220	200
2.004	384	330
2.005	440	400
<b>2.504</b>	<b>2.820</b>	

Os financiamentos estão garantidos por:

	2.000 R\$ (mil)	1.999 R\$ (mil)
Estoques	400	500
Duplicatas de clientes	1.200	1.300
Imobilizado (pelo valor líquido)		
Hipotecado	3.100	3.100
<b>4.700</b>	<b>4.900</b>	

Em relação ao financiamento obtido em Francos franceses, de bancos americanos, a companhia se comprometeu a manter determinados índices de liquidez e de rendimento operacional. O descumprimento dessas cláusulas em relação a quaisquer demonstrações contábeis anuais dará ao credor o direito contratual de considerar o saldo remanescente do financiamento como vencido e exigível. A companhia tem cumprido essas exigências.

### NOTA DE COMPROMISSOS DE LEASING

Uma das formas de obtenção de financiamento, é através da operação de leasing. Assim, em princípio, uma operação de leasing estaria obrigada a divulgação do mesmo tipo de informação relativa a financiamentos. Portanto, a empresa deverá divulgar todas as informações de financiamentos mais aquelas referentes aos bens que foram objeto da operação de leasing.

### MODELO DE NOTA DE LEASING

A companhia obteve financiamentos para o seu parque industrial através do arrendamento de bens, com contratos irretratáveis, sujeitos a variação monetária com base no IGP-M, e cláusula de opção de compra no vencimento final do contrato, cujo valor total é de R\$100 mil.

Os compromissos assumidos em função destes contratos podem ser assim resumidos:

		R\$ (mil)
ANO	Saldo em 31/12/2000	Saldo em 31/12/1999
2000		157
2001	120	115
2002	115	110
2003	100	95
2004	100	90
2005	80	85
2006	55	50
	<b>580</b>	<b>710</b>

Em conformidade com a prática contábil adotada pela companhia, os contratos de arrendamento de leasing financeiro são tratados como compra de bens. Nessa conformidade, o custo dos bens é considerado como um ativo e os compromissos de leasing são registrados como financiamento, cujos encargos são considerados como despesa quando incorridas. A depreciação é registrada como custo da produção.

O custo dos bens financiados, registrados como imobilizado, é o seguinte:

	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido	R\$ (mil)
Edificações e benfeitorias	200	50	150	160
Equipamentos industriais	850	300	550	650
Veículos	20	5	15	18
	<b>1.070</b>	<b>355</b>	<b>715</b>	<b>825</b>

Em função dos compromissos contratuais assumidos, a companhia se obriga a obter a concordância do credor em todos os compromissos futuros que vier a assumir de valor superior a US\$1.000 mil.

### NOTA DE DEBÉNTURES

As empresas emissoras de debêntures estão sujeitas a normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários. Essas normas abrangem regras de captação e de divulgação, entre outras. Assim, deverá ser divulgada cada série emitida e as suas condições relativamente a taxa de juros e outros encargos, vencimento, quantidade emitida e colocada no mercado e os seus valores unitários, debêntures recompradas e mantidas em tesouraria, cláusulas de repactuação, cláusulas contrariais, além dos direitos de cada série assegurados aos debenturistas, entre outras.

### MODELO DE NOTA EXPLICATIVA

São representadas por duas séries emitidas em 1999, simples, nominativas, não endossáveis, sem emissão de certificados, das espécies subordinada, todas com valor unitário original de R\$1.000,00, integralmente subscritas no decorrer de 1999, cuja composição é como segue:

	2000 R\$ (mil)	1999 R\$ (mil)
1ª série	130	110
2ª série	90	70
	220	180
Menos: Debêntures em tesouraria	20	
	<b>200</b>	<b>180</b>

As debêntures de ambas as séries vencerão em 30 de outubro de 2004, estão sendo atualizadas pela variação do IGP-DI, e estão sujeitas a juros de 10% ao ano sobre o valor atualizado vencíveis semestralmente em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

As debêntures estão ainda sujeitas às seguintes cláusulas:

- Não obrigatoriedade do pagamento de juros e quaisquer obrigações pecuniárias ao debenturista que não comparecer para o recebimento de seus direitos;

- Garantia ao debenturista do recebimento de quaisquer de seus direitos até a data do vencimento da obrigação da companhia; e

- Inexistência de cláusula de repactuação, contratual ou informal.

Parte das debêntures da 1ª série foram adquiridas em 2000 e se encontram em tesouraria.



(\*) Contador, Presidente do Conselho de Contabilidade, e sócio da empresa de auditoria e consultoria TEIXEIRA & ASSOCIADOS

*Na próxima edição, estaremos complementando o modelo de notas explicativas.*